



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 72 DE 27 DE ABRIL DE 2011.

Constituir grupo de trabalho para definir as regras aplicáveis aos procedimentos referentes à identificação e controle de prazos prescricionais nos processos de natureza penal.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o que dispõem a Resolução Conjunta STF/STJ n. 1 de 5 de maio de 2009 e a Resolução CNJ n. 112, de 6 de abril de 2010, e o que consta do Processo STJ 2911/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir grupo de trabalho para realizar estudo visando à definição de regras aplicáveis aos procedimentos referentes à identificação e controle de prazos prescricionais nos processos de natureza penal, a ser integrado pelos seguintes servidores:

Ana Carolina Leone Espindola, S052773
Aragonê Nunes Fernandes, S039475
Bárdia Tupy Vieira Fonseca, S025687
Carlos Humberto Fauaze Filho, S054571
Christiano Vasconcellos Salum Vieira, S050231
Cláudia Austregésilo de Athayde Beck, S017404
Daniel Azevedo Marques, S054164
Daniela Serafini Machado, S044100
Denise Franco Leal, S052862
Eduardo Santalucia Fernandes, S046773
Gleuton Maciel Gonçalves, S048288
Ian Grosner, S057503
Lourival Baptista Sobral, S041585
Luiz Gustavo de Faria, S047028
Márcia Ivanira Mesquita Dias, S014464
Marcos Aurélio Pereira Brayner, S040147
Marcos José Tavares de Oliveira, S024443
Maria Aparecida do Espírito Santo, S009410
Osmar Rodrigues de Souza, S038800
Osvaldo Marcolino Alves Filho, S055934
Patrícia Netto Leão, S044517
Rodrigo Casimiro Reis, S046870



Superior Tribunal de Justiça

Tarciso da Silva Marques Filho, S029020
Valéria Alencar Machado da Silva Costa, S039173.

Parágrafo único. Os trabalhos serão coordenados pela titular da Secretaria Judiciária.

Art. 2º Ao grupo de trabalho incumbe:

I – identificar elementos referentes aos prazos prescricionais nos processos de natureza penal;

II – efetuar a fluxogramação dos procedimentos que deverão ser adotados, definindo as responsabilidades de cada unidade partícipe, os prazos a serem observados, as informações e os dados necessários e a forma como devem ser organizados;

III – elaborar minuta de instrução normativa para a formalização dos procedimentos a serem adotados;

IV – requisitar, sempre que for preciso, a colaboração de servidores de outras unidades por meio de comunicação prévia às respectivas chefias;

V – executar as demais atividades que se fizerem necessárias para o cumprimento do disposto nos incisos anteriores.

Art. 3º O grupo de trabalho dará início às atividades na data de publicação desta portaria e apresentará ao Presidente do Tribunal, em até 90 dias, relatório final dos trabalhos desenvolvidos, nele indicando as providências a serem adotadas.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER